



TINTAS NEGRAS NOS ESCRITOS DA LIBERDADE¹

Resumo: A historiadora Ana Flávia Magalhães Pinto narra a sua trajetória acadêmica na graduação em Brasília (CEUB e UNB) e a pós-graduação em Salvador (UFBA) e em São Paulo (Unicamp), destacando origens familiares, influências intelectuais e acadêmicas. Analisa as mudanças na historiografia, os contextos históricos do final do século XX, os movimentos sociais e o papel das intelectuais negras.

Palavras-Chaves: História intelectual, pós-emancipação, Historiografia e Ana Flávia Magalhães Pinto

BLACK COLORS ON FREEDOM PAPER

Abstract: Ana Flávia Magalhães Pinto narrates her academic career in undergraduate courses in Brasília and in graduate courses in Salvador (UFBA) and São Paulo (Unicamp). She remembers her family origins, intellectual and academic influences. She comments on the changes in historiography, the historical contexts of the late 20th century, the social movements and the role of black intellectuals.

Keywords: Intellectual history, post-emancipation, Historiography and Ana Flávia Magalhães Pinto

COLORES NEGROS EN PAPELES DE LA LIBERDAD

Resumen: Ana Flávia Magalhães Pinto narra su trayectoria académica en cursos de pregrado en Brasília y en cursos de posgrado en Salvador (UFBA) y São Paulo (Unicamp). Recuerda sus orígenes familiares, influencias intelectuales y académicas. Comenta los cambios en la historiografía, los contextos históricos de finales del siglo XX, los movimientos sociales y el papel de los intelectuales negros.

Palabras clave: Historia intelectual, post-emancipación, Historiografía y Ana Flávia Magalhães Pinto

COULEURS NOIRES SUR PAPIERS DE LIBERTÉ

Résumé: Ana Flávia Magalhães Pinto raconte sa carrière universitaire dans des cours de premier cycle à Brasília et dans des cours de deuxième cycle à Salvador (UFBA) et à São Paulo (Unicamp). Elle se souvient de ses origines familiales, de ses influences intellectuelles et académiques. Elle commente les changements de l'historiographie, les

¹Entrevista, edição e organização de Stephane Ramos (doutoranda em História pela Universidade de Brasília, E-mail: stephane.rcosta@gmail.com . ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5162-5970>) e Flávio Gomes (professor da UFRJ e pesquisador do CNPq, Professor da UFRJ e pesquisador do CNPq. E-mail: escravo@prolink.com.br . ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-2386-7040>)



contextes historiques de la fin du XXe siècle, les mouvements sociaux et le rôle des intellectuels noirs.

Mots clés: Histoire intellectuelle, post-émancipation, historiographie et Ana Flávia Magalhães Pinto

ANA FLÁVIA MAGALHÃES PINTO

Professora da Universidade de Brasília (UnB). Concluiu o Mestrado em História também pela Universidade de Brasília (2006) com a dissertação “De pele escura e tinta preta: a imprensa negra do século XIX (1833-1899)”. Seu Doutorado em História foi concluído em 2014 na Unicamp com a tese “Fortes laços em linhas rotas: literatos negros, racismo e cidadania na segunda metade do século XIX”. Publicou os livros “Imprensa Negra no Brasil do Século XIX” (Selo Negro, 2010) e “Escritos de Liberdade: literatos negros, racismo e cidadania no Brasil oitocentista” (Editora da Unicamp, 2018). Organizou importantes coletâneas como “Griôs da Diáspora Negra” (Griô, 2017); “VI Festival Latinidades: Arte e cultura negra, memória afrodescendente e políticas públicas para a cultura negra” (Griô, 2014) e “Latinidades V - Festival da Mulher Afro Latino Americana e Caribenha: Juventude Negra” (Griô, 2013), entre outras. Em 2016 organizou (com Sidney Chalhoub) a coletânea “Pensadores Negros - Pensadoras Negras: Brasil, séculos XIX e XX” (reedição pela Editora Fino Traço, 2020). Além de capítulos de livros, tem publicado artigos em *Afro-Asia* (CEAO-UFBA), *Em Tempo de Histórias, Estudos Históricos, Hispanic American Review, Intelléctus* (UERJ. ONLINE) e *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*, entre outros periódicos.

PERCURSOS E TRILHAS

Fale um pouco da sua origem familiar e trajetória até entrar na Universidade. Quais foram as primeiras referências familiares e extrafamiliares? Como foi a formação no primeiro e segundo grau?

Filha de Sara Ramos Magalhães Pinto e Luiz Pereira Pinto, um casal negro, eu nasci em 9 de setembro de 1979, num hospital em Brasília, embora o local de moradia da minha família fosse e ainda seja Planaltina, chamada então de cidade-satélite do Distrito Federal. Minha mãe – descendente de família natural de Correntina, Bahia, que, em parte,



foi para Goiânia e depois para o DF – era professora da Fundação Educacional, formada numa escola para normalistas em Planaltina. Anos depois, ela fez a licenciatura curta em Ciências pela Faculdade Católica de Brasília, graças a um programa de incentivo da Fundação. Eu e minha irmã Luana fomos à formatura da nossa mãe. Em seguida, ela completou a licenciatura plena em Matemática, em curso semipresencial, numa faculdade em Passos, São Paulo. Meu pai, por sua vez, natural de Uruaçu, Goiás, trabalhava numa loja de departamentos no maior shopping da cidade. Ele havia ingressado no segundo grau, mas, diante de uma promoção que o colocou no posto de subgerente da loja, abandonou os estudos.

Aos seis anos de idade, matriculada em uma turma de alunos um ano mais velhos e já alfabetizados, eu cheguei ao atual “Ensino Fundamental” sem a habilidade de sequer escrever algumas letras conectadas às linhas do caderno. Essa constrangedora limitação, no entanto, foi superada no prazo de um mês e meio, graças à minha mãe, que, sendo professora de Matemática, desenvolveu um método capaz de me familiarizar rapidamente com palavras e números, a ponto de eu finalizar o primeiro bimestre entre os melhores alunos daquela turma de “primeira série avançada”.

O rendimento apresentado, com efeito, impressionou a direção da escola, o Centro de Ensino de 1º Grau n. 2 de Planaltina (Paroquial), que me encaminhou para testes num projeto-piloto para alunos com altas habilidades/superdotados, vinculado à “Fundação Educacional do Governo do DF, no qual fui incluída. O projeto era voltado para estudantes de escolas públicas e, por quase três anos, frequentei encontros semanais no turno inverso das aulas regulares. Apesar da estrutura precária, os estímulos eram variados, e a ênfase era dada ao desenvolvimento de raciocínio lógico-matemático. Aquelas atividades até que eram bem divertidas, mas eu me sentia mais à vontade com os livros de literatura infantil, com as aventuras vividas por personagens cheias de curiosidade, imaginação e expectativas.

Tendo me desvinculado do projeto aos nove anos de idade, segui com meu encanto por histórias e histórias enquanto completava as oitavas séries iniciais e o Ensino Médio, em escolas da rede pública. Foi mais ou menos assim que, entre 1986 e 1996, as práticas de leitura e escrita firmaram-se em importância no meu cotidiano para além das obrigações escolares. Esse apreço pelas letras acabou por orientar os cursos do meu interesse no momento do vestibular. Ciências Sociais, História, Jornalismo ou Letras? Apostando no que parecia articular todas essas carreiras e ainda sob influência de um alerta da minha



mãe sobre a sobrecarga de trabalho e a desvalorização da carreira de professora da Educação Básica, optei pelo Jornalismo...

CHAMADA NA (PELA) HISTÓRIA

Como foi a escolha pela História? O que te motivava e evocava na graduação?

A julgar pelo longo e nada linear caminho da minha formação acadêmica, penso ser razoável dizer que a História me escolheu e até mandou me chamar. Na minha cabeça de estudante de Ensino Médio que gastava horas do dia em viagens de ônibus, ir para a faculdade era a condição para me tornar uma pessoa culta. E essa era a imagem que eu tinha sobre jornalistas. Assim, minha primeira graduação foi justamente em Comunicação Social-Jornalismo, no Centro Universitário de Brasília (UniCEUB), entre 1997 e 2001. Na contramão do que dava o tom da formação da maioria dos/as estudantes de Comunicação nos anos 1990, centrada na “incorporação ao mercado”, aproveitei oportunidades alternativas e criei outros caminhos que me asseguraram o desenvolvimento das atividades de iniciação científica. Nos três primeiros semestres, sob orientação do professor Antônio Teixeira de Barros –um professor negro e homossexual, consciente, mas que não politizava explicitamente essas questões –, minha atenção foi dirigida, por um lado, à leitura sistematizada de autores que serviam de base para as reflexões sobre comunicação, indústria cultural, relações de poder e possibilidades de autonomia de indivíduos e grupos no mundo contemporâneo – a exemplo de Umberto Eco, Walter Benjamin, Theodoro Adorno, Max Horkheimer e Jean Baudrillard –; e, por outro, àqueles/as que davam sustentação ao debate sobre a chamada retomada do cinema brasileiro na década de 1990 – o que incluía estudiosos/as como Ivana Bentes, Lúcia Nagib, Ismail Xavier, Alex Vianny e Paulo Emílio Sales Gomes, e também cineastas como Humberto Mauro, Glauber Rocha, Nelson Pereira dos Santos, Zózimo Bulbul, Eduardo Coutinho, Joel Zito Araújo e Vladimir Carvalho, para citar apenas alguns. Capitalismo, subdesenvolvimento, pobreza, luta de classes, desigualdades regionais e raciais... A emergência do debate sobre as ações afirmativas estimulava a recolocação desse tema nas discussões em sala de aula e nos corredores. Até então, essas questões vistas a partir de registros do século XX encaminhavam o uso do meu tempo de estudo. Mas foi, sobretudo, ao cursar a disciplina “Formação da Imprensa Brasileira”, ministrada pelo professor



Lunde Braghini Júnior, que passei a ter acesso a uma variedade de documentos, ensaios, artigos e livros que capturaram o meu interesse e me abriram caminho para o século XIX e os estudos históricos, com foco especial nas experiências da gente negra.

O curso não se limitava a um mero panorama de jornais e suas características técnicas. Em vez disso, a partir do contato com as fontes, a turma era desafiada a pensar o desenvolvimento da imprensa no Brasil em suas conexões com o processo de formação nacional, o que nos obrigava a lidar com os debates sobre política imperial e republicana, escravidão, abolição, movimento operário, cidadania, hierarquizações de classe, raça e gênero, bem como reconhecer a presença de sujeitos sociais que escapavam às narrativas da história oficial. Para dar conta desse desafio, não bastava apenas ler, era preciso entender o que orientava a escolha dos textos e aprender a realizar uma leitura criteriosa do que se tinha nas mãos.

Se é certo que a importância do repertório da crítica literária e das ciências sociais ficava mantida, é também verdade que a partir daí o diálogo com a historiografia firmou-se como uma prioridade. Muito por influência do professor Lunde e dos primeiros contatos com questões comentadas por intelectuais ativistas negros, passei, então, a me dedicar a um cronograma de leituras que me permitisse transitar com alguma segurança pela produção de autores/as que entendia como canônicos, como Sérgio Buarque de Holanda, Antônio Candido, Roger Bastide, Florestan Fernandes, Nelson Werneck Sodré, Clóvis Moura, Emília Viotti da Costa, Fernando Novaes, John Gledson, Roberto Schwartz, Paulo Eduardo Arantes, Célia Maria Marinho de Azevedo, José Murilo de Carvalho, Maria Sylvia de Carvalho Franco, Nicolau Sevcenko, João José Reis, Hebe Mattos, Sidney Chalhoub, Flávio Gomes e Keila Grinberg, em especial.

Seguindo nesse esforço de dominar as ferramentas da pesquisa acadêmica, a partir do quinto semestre, passei a integrar um grupo de pesquisa de estudantes de Comunicação da UnB e do UniCEUB dedicado à leitura de obras voltadas ao tema da formação nacional brasileira e, em seguida, a um conjunto de textos de autores da Teoria da Dependência. Para o ano 2000, esse trabalho coletivo conquistou a orientação do professor Hermenegildo Bastos, do Departamento de Teoria Literária, e três bolsas de PIBIC (compartilhadas entre os cinco integrantes do grupo), o que deu fôlego ao desenvolvimento do projeto “Um passo da tradição crítica brasileira, 1930-1940”, voltado a dois objetos: os romances de Graciliano Ramos, com ênfase em *São Bernardo*; e as edições da *Revista Clima*, priorizando os manifestos e críticas culturais. No ano seguinte,



desenvolvemos o projeto “Leituras do século XIX”, tendo como eixo central a relação entre forma literária e processo social. Mesmo não sendo estudante da UnB, tive minha participação autorizada e reconhecida pelo professor orientador em todas as atividades.

Paralelamente a isso, dei encaminhamento à minha monografia de conclusão de curso, na qual, a partir do pasquim *O Homem de Cor ou O Mulato*, publicado na Corte em 1833, e do jornal *O Homem: Realidade Constitucional ou Dissolução Social*, editado em Recife em 1876, apresentei minhas primeiras reflexões sobre a existência no século XIX de periódicos com características da imprensa negra, entendidos como instrumento de defesa da cidadania de homens negros livres e letrados no Brasil imperial. O trabalho *A imprensa esquecida: jornais negros do século XIX* recebeu o prêmio de primeiro lugar, na categoria Estudos Interdisciplinares, da IX Jornada de Iniciação Científica em Comunicação Social, da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (*Intercom*), em 2000.

Em 2001, no fim do semestre em que me graduei – após sete tentativas alternadas para Jornalismo e Ciências Sociais, já que História era o segundo curso mais concorrido da minha lista –, fui aprovada no vestibular da UnB para o curso de Letras-Português. Fiz várias disciplinas da Literatura, mas àquela altura, o fascínio pela imprensa negra limitava minhas possibilidades nas Letras e na Comunicação. Ao pleitear uma vaga no Mestrado em Comunicação e em História, em 2002, tive minha candidatura rejeitada no primeiro e plenamente acolhida no segundo. Como à época a universidade não autorizava duas matrículas para uma mesma aluna, tranquei o curso de Letras e fui me dedicar às especificidades dos estudos históricos. Mais do que permanecer, eu me encontrei. Essa sensação de pertencimento me ajudou a suportar o desafio de cursar uma graduação EAD em História, entre 2015 e 2017, depois de concluído o Mestrado, o Doutorado e desenvolvendo um pós-doutorado.

CLIMAS E TEMPERATURAS

Sua graduação nos anos 1990 e os seguintes foi também um momento de efervescência. Como isso te mobilizava em termos intelectuais? Quais os livros, abordagens, autores?



Tive uma sorte danada de ingressar na faculdade e encontrar o professor Lunde Braghini, que, embora branco, acompanhava de perto as agendas do Movimento Negro no Distrito Federal. Foi por meio dele que conheci, em 1998, o intelectual ativista Edson Lopes Cardoso, que me apresentou à Sueli Carneiro, à Luiza Bairros... Na verdade, os dois fizeram com que eu me desse conta da existência de um universo de pensadoras/es negras/es no Brasil e em diversos lugares do mundo. Afora os/as autores/as legitimados/as pela academia, as questões de pesquisa histórica que eu começava a formular foram profundamente influenciadas pelas reflexões de Edson, Sueli, Luiza, Jurema Werneck, Abdias Nascimento, Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento e mais uma lista que nunca mais parou de crescer. É interessante pensar que meus primeiros passos no ativismo negro aconteceram quando a memória da Marcha Zumbi dos Palmares contra o Racismo e pelo Direito à Vida (1995) era acionada a todo o momento, bem como a militância estava muito mobilizada para a *Terceira Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância*, a Conferência de Durban (2001). Foi nesse cenário também que foram impulsionados os debates e as lutas pelas ações afirmativas em prol do ingresso de estudantes negros/os nas universidades. Eu confesso que, a princípio, temia que as cotas fossem gerar mais estigmas contra estudantes negros/as do que a gente já enfrentava, mas, conforme fui entendendo que se tratava de uma estratégia para desnaturalizar a nossa sub-representação nesses espaços, acabei mudando de ideia. Quando, em 2002, eu encontrei o pessoal do *EnegreSer – Coletivo Negro* no Distrito Federal e no Entorno, que protagonizou a luta na UnB, aí não foi mais possível retroceder. As intermináveis e agitadas reuniões no fim de semana, em que articulávamos ações e tomávamos conhecimento do pensamento de Steve Biko, Frantz Fanon, Winnie Mandela, Malcolm X, bell hooks, Angela Davis, Nei Lopes, Racionais, Leci Brandão, Ilê Aiyê etc., serviram como a mais importante escola de formação da minha vida. Acredito que algo semelhante seja dito por pessoas de outros coletivos, a exemplo do Nenu-UFBA, o Nenu-UEFS e o Ubuntu-Uneb (Bahia); o Cenners (Rio Grande do Sul); o Canbenas (Goiás); o PVNC, o CONEI-IFCS/UFRJ, o DeNegrir, o Aqualtune e Coletivo Luiz Gama (Rio de Janeiro).

IDEIAS MAIS E MAIS GRAUS

Como foi a sua entrada na pós-graduação e escolha de temas para estudo?



Não obstante a *Intercom* ter reconhecido a validade da pesquisa sobre os “jornais negros” nos estudos da comunicação, foi no Departamento de História da UnB que encontrei espaço para desenvolver meu projeto de Mestrado “A Imprensa Esquecida: jornais negros do século XIX – Novas descobertas e desdobramentos”, no processo seletivo do final de 2002. As explicações dadas para justificar a inviabilidade dessa proposta na Comunicação foi algo que me fez entender o significado de *epistemicídio* antes mesmo de conhecer a palavra. De todo modo, a resposta a isso estava por vir, mas eu também não sabia. Apenas estava muito mobilizada para entender as questões que eram levantadas na documentação que sustentava o projeto. A localização de outros jornais escritos por “homens livres de cor”, dirigidos a um público leitor com essa característica socio racial, para tratar de denúncias de “preconceito de cor” e outros assuntos de interesse dessa “classe” me permitiu sustentar uma proposta de dissertação que enfrentasse a lacuna nos trabalhos historiográficos sobre a existência e a atuação da imprensa negra no Brasil do século XIX e os entraves à liberdade de descendentes de africanos ainda durante o período escravista. Até então, o artigo de Roger Bastide, “A Imprensa Negra do Estado de São Paulo”, publicado em 1973, e o livro *A imprensa negra paulista (1915-1963)*, de Miriam Nicolau Ferrara, lançado em 1986, serviam, à revelia da intenção dos autores, para alimentar uma espécie de crença de que os jornais negros eram uma experiência do século XX, havendo até mesmo quem a circunscrevesse ao estado de São Paulo. Inexistia uma pesquisa que tivesse reunido jornais de diferentes localidades e temporalidades do Oitocentos e pensado sobre suas semelhanças e diferenças, por exemplo.

Com base numa localização prévia, percorri arquivos públicos e particulares nas cidades do Rio de Janeiro, Recife e Porto Alegre, bem como contei com a colaboração de amigos pesquisadores, para acessar as coleções de oito títulos: *O Homem de Cor ou O Mulato*, *O Cabrito*, *O Brasileiro Pardo*, *O Lafuente* (Rio de Janeiro, 1833 – Biblioteca Nacional); *O Homem*, (Recife, 1876 – Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano, com a ajuda de Adriana Maria Paulo da Silva); *A Pátria – Orgam dos Homens de Cor e O Progresso – Orgam dos Homens de Cor* (São Paulo, 1889 e 1899 – Biblioteca Nacional); e *O Exemplo* (Porto Alegre, 1892-1930 – Coleção Particular de Oliveira Silveira, grande amigo que me deu o privilégio de acessar esse material enquanto estava vivo).



Ao passo em que realizava a sistematização dessas e outras fontes complementares, em diálogo com a bibliografia específica, a análise do material também se valeu da experiência adquirida em dois outros espaços: o jornal *Ìrohìn – Comunicação a serviço dos afro-brasileiros*, em que atuei como colaboradora voluntária; e a Coordenação-Geral de Diversidade e Inclusão Educacional, da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, do Ministério da Educação (Secad/MEC), na qual fui consultora na área de Estudos e Pesquisas, via contrato com a Unesco. A possibilidade de atuar na imprensa negra e desenvolver materiais voltados para a formação continuada de professores com foco na implementação da Lei n. 10.639/2003 foi bastante proveitosa para que eu construísse uma visão mais ampla sobre o que tinha e estava sendo produzido não apenas no âmbito da história social da escravidão e do negro, mas também no âmbito das outras disciplinas. O diálogo com os gestores, intelectuais ativistas e acadêmicos reforçava, pois, a legitimidade e a urgência de estudos que considerassem as experiências negras na liberdade, com destaque para as vividas em tempos de escravidão.

De tal sorte, a dissertação “*De pele escura e tinta preta: a imprensa negra do século XIX (1833-1899)*”, defendida em setembro de 2006, foi fruto dessas múltiplas interlocuções. O trabalho divide-se em cinco capítulos. No primeiro, busquei delimitar as especificidades da atuação dos periódicos analisados nas ações de resistência negra e no desenvolvimento do jornalismo impresso no Brasil; proponho um conceito de imprensa negra; e aproveito para evidenciar algumas distinções entre esses periódicos e os produtos da atuação de jornalistas negros atuantes à época. Os demais capítulos obedecem à combinação entre cronologia e local de publicação dos impressos. Em termos gerais, ainda que se localizem em espaços e períodos diversos, esses periódicos vieram à baila em momentos marcantes da história política brasileira e trouxeram posicionamentos, senão opostos, ao menos divergentes aos de grupos dominantes que pautavam o debate acerca da cidadania para “pessoas de cor”. Entre as estratégias argumentativas de denúncia e combate ao também chamado “ódio de raça”, os responsáveis pelos jornais empreenderam o aproveitamento dos valores da democracia moderna, dos ideais iluministas e liberais para colocá-los a serviço do combate ao que chamamos hoje de racismo e do estabelecimento de uma igualdade efetiva. Tanto no Império quanto na Primeira República, todos os jornais protestaram para que os talentos e virtudes, e não a



cor da pele, fossem a garantia dos direitos dos cidadãos, evidenciando, assim, entraves importantes à democracia brasileira.

Fale um pouco da sua trajetória acadêmica em diferentes locais e instituições, recebendo influências e acompanhando o campo de estudos do pós-emancipação.

O término do Mestrado foi marcado por três certezas: a História era o meu lugar; eu precisava ser desafiada por um outro ambiente de pesquisa; e o debate sobre imprensa, literatura, formação nacional e história negra seriam as questões da minha pesquisa de doutorado. O resto era um apanhado de incertezas, inquietações, possibilidades e vontade de seguir adiante. Assim, enquanto estudava para desenvolver o projeto, candidatei-me e fui selecionada, em maio de 2007, para o “Curso de Atualização em Diáspora Africana: A Teoria e as Questões Políticas da Diáspora Africana nas Américas”, promovido pelo Programa de Estudos e Debates dos Povos Africanos e Afro-Americanos, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), em parceria com o Centro de Estudos Africanos e Afro-Americanos, da Universidade do Texas em Austin (UT-Austin), e a organização não governamental de mulheres negras *Criola*.

Organizado para ocupar o período de férias, a primeira edição do curso foi realizada no mês de junho e tinha a dinâmica de uma disciplina de pós-graduação em ritmo intensivo. O objetivo era “dotar os participantes de uma visão geral sobre as teorias, histórias e questões políticas relativas à Diáspora Africana nas Américas”. Para tanto, o corpo docente, formado pelos professores Edmund T. Gordon, João Costa Vargas, Christen Smith e Kimberle Crenshaw, dividiu-se para a ministrar as aulas dos três módulos: 1) Rotas e raízes: Teoria da Diáspora Africana; 2) Negritude e Formação Racial na Diáspora; 3) Raça, Gênero e Sexualidade na Diáspora Africana. A bibliografia incluía autores ausentes nos cursos que havia feito na graduação e no mestrado, como W.E.B. Dubois, Cedric Robinson, Paul Gilroy, Patrícia Hill Collins, Angela Davis, Frantz Fanon, Joy James, Gloria Anzaldúa, entre outros/as.

Os conteúdos, debates, questionamentos e contatos estabelecidos seriam importantes para além daquele momento. Conceição Evaristo, Marco Antônio Guimarães, Rosenilda Santana, Luciene Lacerda foram minhas colegas e meu colega de classe!!! Foi a partir dali que fui capaz de formular um projeto de Doutorado dirigido a uma pesquisa comparativa sobre diferentes perfis de homens negros livres, letrados e



atuantes na imprensa e na política brasileiras no século XIX. Tendo me inscrito, naquele mesmo ano, nas seleções do Programa de Pós-Graduação em História e do Programa Multidisciplinar em Estudos Étnicos e Africanos da UFBA, fui aprovada em primeiro lugar no segundo curso, sob a orientação do professor João José Reis. Cheguei a cursar um semestre. Porém, tendo em vista as alterações que se processavam nos editais dos concursos, de modo a muitos nem mesmo reconhecerem os diplomas oriundos de programas multidisciplinares, decidi me submeter novamente a outros processos seletivos no ano seguinte, no que tive o apoio do meu então orientador. No segundo semestre de 2008, uma nova versão do projeto foi inscrita no processo de seleção do Programa de Pós-Graduação em História da Unicamp, na linha História Social da Cultura. Felizmente aceita, passei a receber a orientação do professor Sidney Chalhoub.

Retornar formalmente à História era colocar apenas parte da casa em ordem. Havia muito ainda a organizar, a começar pela garantia do financiamento para a pesquisa, ou seja, a sobrevivência da pesquisadora. Graças às sugestões e críticas do meu orientador e dos/as colegas presentes nas reuniões da Linha de História Social da Cultura, o projeto foi contemplado com a bolsa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp).

O projeto “Fortes laços em linhas rotas” visava, então, promover um estudo comparativo sobre as experiências de um conjunto de intelectuais negros que, atuantes na imprensa paulistana e fluminense entre as décadas de 1880 e 1910, apresentaram seus próprios entendimentos sobre projetos e processos de formação nacional brasileira. A partir do cruzamento de fontes como textos jornalísticos – sobretudo, crônicas –, correspondências, documentos pessoais e familiares, contos e romances, a pesquisa focava-se nas estratégias e nos arranjos político-culturais forjados pelos intelectuais negros Machado de Assis, José do Patrocínio, Ignácio de Araújo Lima, João China, Arthur Carlos, Theophilo Dias de Castro e Bernardino Ferraz no curso de suas vidas, marcadas por uma mistura de contestação radical e anseios de integração social. Num diálogo com a crítica literária e os estudos sobre a imprensa, pretendia, assim, contribuir com os estudos historiográficos sobre experiências de homens negros livres, em diálogo com trabalhos do emergente campo dos estudos sobre liberdade e pós-abolição.

O aproveitamento feito das disciplinas cursadas e das incontáveis horas de pesquisa nos Arquivos Edgard Laurenroth (AEL), Histórico Municipal Washington Luís (AHMSP) e do Estado de São Paulo (AESP) nesse primeiro momento, obviamente,



acabou levando a outras reformulações da ideia inicial. Ainda que o trabalho com periódicos me fosse familiar e o tema da pesquisa legitimasse sua importância em relação a outras fontes, considerei ser indispensável o trato com uma variedade maior de documentos. Além de importante para o desenvolvimento das minhas habilidades como historiadora, o acesso a manuscritos – cartas, processos judiciais, livros de batismo, casamento e óbito, atas de reuniões, livros de alistamento, imagens etc. –, por exemplo, me permitiu acessar informações fundamentais que estavam ausentes das páginas dos jornais. Com efeito, o investimento na busca e sistematização dos dados ali contidos me permitiu até mesmo perceber a centralidade de dois sujeitos que haviam sido retirados ou ignorados no projeto submetido à Fapesp: Luiz Gama e José Ferreira de Menezes.

Reconhecer o alcance da atuação desses indivíduos entre outros “homens livres de cor” me fez atinar que, mais do que registrar uma variedade de perfis – o que justificava a escrita de um trabalho comparativo –, eu tinha diante de mim a oportunidade de escrever uma tese sobre a existência de uma rede de intelectuais negros atuantes, sobretudo, nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo. Isso, por óbvio, implicava o trato com um volume ainda maior de informações e o desenvolvimento de uma estrutura narrativa capaz de registrar a força dessa dinâmica coletiva, sem perder de vista suas evidentes e sutis fragilidades.

Para o bem e... para o bem mesmo, em maio de 2011 fui contemplada pelo CNPq com uma bolsa de Doutorado Sanduíche no Departamento de Estudos Africanos e da Diáspora Africana (African and African Diaspora Studies Department – AADS), da Universidade do Texas em Austin, tendo a supervisão do professor João H. Costa Vargas. Tratava-se, pois, de um desdobramento do diálogo estabelecido com professores da já referida instituição em 2007. O trabalho desenvolvido entre outubro de 2011 e junho de 2012 resultou no contato com ricos conteúdos historiográficos produzidos a partir de outras localidades da América e diferentes perspectivas analíticas. Num clima de reconhecimento das minhas novidades e compartilhamento de informações com pesquisadores de várias origens nacionais, pude perceber que as reflexões que estava desenvolvendo encontravam ressonância em experiências de pessoas negras livres que viveram em países como Colômbia, Argentina, Porto Rico, Cuba, Jamaica e Estados Unidos, nos respectivos períodos de crise do escravismo e pós-abolição. Somado a isso, o acesso facilitado a coleções de jornais negros estadunidenses do final do século XIX e outras fontes me levou a incorporar o debate diaspórico ao conteúdo da tese.



Afora acompanhar as disciplinas *Critical Race Theory and Praxis*, ministrada pelo professor João H. Costa Vargas; e *Racial Formation, Autonomy, Coloniality of Power*, ofertada pelo professor Charles Hale, fui convidada a participar do Seminário de Professores Brazilianistas (*Faculty Seminar*), grupos de pesquisa que se reunia semanalmente no LILAS, a fim de discutir textos dos membros regulares e de convidados. Somado a esse diálogo frequente com colegas e professores da UT, pude compartilhar informações com outros pesquisadores de diferentes instituições, em especial de Nova York, San Francisco e Atlanta.

Ao regressar ao Brasil, não demorou para receber a feliz notícia do lançamento da plataforma da Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional, cujo conteúdo já incluía boa parte dos jornais pesquisados e outros tantos que eu nem cogitava lidar em virtude da dificuldade de acesso, mas de bastante relevância para dar respostas às minhas perguntas. Além do acesso ilimitado a esses conteúdos, a plataforma passava a oferecer sofisticadas ferramentas de busca, a permitir a quem pesquisa o trabalho com um número maior de títulos sem se perder na infinidade de páginas. Isso era exatamente o que faltava para eu ter chances reais de produzir o trabalho que gostaria. Essa facilidade me garantiu ainda tempo para consultar a base documental da Faculdade de Direito de São Paulo, do Arquivo Nacional e do Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro, e, quando possível, promover o cruzamento entre as fontes consultadas.

Fruto dessa jornada, a tese *Fortes laços em linhas rotas: literatos negros, racismo e cidadania na segunda metade do século XIX* foi, então, apresentada à avaliação pública em dezembro de 2014, cuja banca, presidida pelo meu orientador Sidney Chalhoub, foi composta pelas professoras Wlamyra Albuquerque, Hebe Mattos, Lucilene Reginaldo e pelo professor Robert Slenes.

IMPRESSÕES NEGRAS

Seus estudos sobre as escritas e intelectuais negros e negras são referências. Você poderia falar um pouco sobre a construção deste objeto e estrutura da sua pesquisa?

Acho importante registrar que minha maneira de analisar as experiências articuladas de intelectuais negros e negras muito tem se valido de pesquisas anteriores focadas em boa parte dos indivíduos específicos presentes nas minhas narrativas. A



maneira de reconhecer os sujeitos pesquisados muda, mas inegavelmente alguns deles já eram nossos velhos conhecidos. Na tese que, assim como a dissertação, virou livro, o conteúdo foi organizado em oito capítulos, distribuídos em três partes, orientadas a partir de recortes cronológicos. Essas divisões remetem a estratégias metodológicas e narrativas, que podem ajudar a responder à pergunta.

Na primeira parte “Entre nós e laços”, concentro-me em episódios da vida de Ferreira de Menezes, Luiz Gama, José do Patrocínio e Machado de Assis, passados majoritariamente até o início dos anos de 1880 e que ilustram as conexões diretas e indiretas existentes entre eles e outros sujeitos negros integrantes de uma abrangente rede de atuação política e cultural. As fontes utilizadas nos quatro primeiros capítulos permitem perceber o quanto essas trajetórias não foram necessariamente excepcionais, mas que se tornaram possíveis, até mesmo, em virtude da convivência entre indivíduos com perfis e trajetórias semelhantes, ainda que repletas de especificidades.

Eventos transcorridos ao longo da década de 1880 se tornaram assunto da segunda parte, “Livres e pela liberdade em tempos de incerteza”. No quinto capítulo, retomo o debate sobre a Revolta do Vintém como porta de entrada para as formas de participação das populações pobres e negras livres nas disputas políticas a partir do final da década de 1870. Há também ali uma observação sobre como a questão da raça era politizada positiva e negativamente naqueles anos finais da escravidão a partir das experiências dos indivíduos pesquisados. O sexto capítulo é dedicado a pensar a pluralidade do movimento abolicionista, dando-se destaque à atuação articulada de abolicionistas negros, tanto em defesa da liberdade dos ainda escravizados quanto a favor do respeito à cidadania de homens e mulheres “livres e libertos de cor”.

Por sua vez, a terceira parte “Sonhos de ordem em meio à desordem” é voltada às questões do pós-abolição. Os dois capítulos incorporam lances das trajetórias de Ignácio de Araújo Lima, Arthur Carlos e Theophilo Dias de Castro – continuadores negros da ação abolicionista de Luiz Gama e envolvidos na publicação dos primeiros jornais da imprensa negra de São Paulo –, enquanto, por certo, os passos de Machado e Patrocínio seguem sendo acompanhados. Para tanto, a existência de um conjunto de organizações político-culturais negras criadas, em ambas as cidades, entre os anos finais da escravidão e que alcançaram o avanço dos anos 1890; e os esforços para o exercício do direito político do voto promovidos por cidadãos negros e pobres paulistanos na Primeira República servem como um subsídio a mais para a discussão.



Ao promover esse percurso, penso ter demonstrado que, indo de encontro às cotidianas práticas de “preconceito de cor” e apostando na viabilidade de seus próprios projetos individuais, os sujeitos centrais da narrativa da tese/livro não apenas colaboraram para as discussões travadas em jornais diários, abolicionistas, negros, literários, como também protagonizaram a criação de mecanismos e instrumentos de resistência, confronto e diálogo, o que pode ser entendido com uma dinâmica peculiar de “politização da cor”, como observou Hebe Mattos durante sua arguição à tese.

Nesse e em outros trabalhos, tenho feito um esforço de pensar a liberdade negra como porta de entrada estratégica para a historicização do racismo na sociedade brasileira. A escravidão explica muito das dinâmicas de exclusão, mas certamente não explica tudo o que foi vivido no século XIX. Da mesma forma que a classe não é uma categoria que permite pensar toda a complexidade das relações de trabalho remunerado no pós-abolição.

MOBILIZA-AÇÕES

Como você avalia a institucionalização das ações negras intelectuais como a ABPN, o GT Emancipações e Pós-Abolição da ANPUH, a Rede de Historiadoras Negras e Historiadores Negros, e outras instâncias formais e informais de intervenção pública?

Acredito que essas experiências, em suas semelhanças e diferenças, representam uma grande oportunidade para o amadurecimento, a renovação e democratização do fazer historiográfico. Tomando a minha própria participação nesses espaços, falo com tranquilidade que são iniciativas que se articulam direta e indiretamente, não devendo ser lidas como instâncias que concorrem entre si por legitimidade. Destaco isso porque há um problema comum enfrentado por elas: o racismo, elemento organizador do fazer acadêmico e intelectual em diversos aspectos, que pressupõe uma presença limitada de segmentos não hegemônicos. Sendo assim, é preciso que muitas possibilidades sejam estabelecidas para desnaturalizar a exclusão e as desigualdades de raça, gênero, região etc.

Em relação à Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), afora os congressos, acho importante destacar o papel da revista. Em 2009, fui convidada pela professora Eliane Cavalleiro, então docente da Faculdade de Educação da UnB e



presidenta da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), a compor o corpo de editoras/es incumbido de desenvolver o periódico acadêmico interdisciplinar com o perfil da instituição. Fruto de um dedicado trabalho coletivo, garantimos à revista um conselho editorial e um conselho consultivo compostos por pesquisadores de excelência, nacionais e internacionais, atuantes em diferentes áreas das Humanidades. O número inicial, lançado em março de 2010, apresentou um dossiê dedicado a “experiências de mulheres negras na produção do conhecimento”. A perspectiva do diálogo afro-diaspórico ficou registrada na autoria dos primeiros artigos, uma vez que, além das brasileiras, alcançamos a adesão de intelectuais como Edwidge Danticat, do Haiti; Kia Lilly Caldwell e Omi Osun Jones, dos EUA; e Mayra Santos-Febres, de Porto Rico. Um projeto editorial como o da ABPN tem sido importante para aglutinar e chamar atenção para a existência de intelectuais negros/as que muitas vezes não são priorizados/as por grandes editoras comerciais que preferem trabalhar com autores/as que vêm com uma espécie de selo de sucesso de vendas. Investir na divulgação científica não orientada por imperativos comerciais é uma ação fundamental para o enfrentamento ao racismo dentro e fora da academia.

Por sua vez, o GT Emancipações e Pós-Abolição da Anpuh -- desde sua fundação em 2013 -- tem se constituído como um núcleo catalizador de uma história antirracista no Brasil, alterando até mesmo dinâmicas de participação na própria Associação. Nossos simpósios temáticos foram aqueles que mais receberam inscrições nos simpósios nacionais de 2017 e 2019. Para além de uma questão de temática, a presença e a participação de historiadores/as negras/os e brancos têm sido objeto de nossas reflexões e ações, algo que se refletiu no II Seminário Internacional Histórias do Pós-Abolição no Mundo Atlântico, realizado em 2018, na Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro. À época recebemos 508 inscrições de apresentadoras/es de trabalhos e ouvintes. Desse total, 491 pessoas responderam ao item Cor/Raça do questionário referente ao perfil socioeducacional, revelando a seguinte distribuição: 44,2% preta; 21,2% parda; 31,4% branca; 0,8% indígena; 2,4% outras. Em relação ao sexo, das 506 respostas, 65% identificaram-se como feminino e 34% masculino. Outra informação interessante é que 52,4% fizeram a Educação Básica em escolas públicas e 73,1% fizeram a graduação em universidades públicas federais e estaduais. Esse perfil das/os participantes evidencia o quanto os debates sobre o pós-abolição têm sido garantidos por pessoas que representam uma possibilidade real de democratização da educação no Brasil e da escrita da História.



A grande participação de historiadoras/es negras/os é inegavelmente uma conquista e tanto, seja em termos quantitativos quanto qualitativos. Afinal de contas, estamos falando do Brasil que o Brasil desconhece por força do racismo e das sequelas do mito da democracia racial. E essas novas histórias têm sido pesquisadas e narradas por pessoas que fazem perguntas ao passado a partir de lugares socio racial bastante incomuns na academia brasileira, mas que em sua maioria têm lidado com documentos há muito tempo disponíveis nos arquivos físicos e até digitais, mas que se debruçam sobre tudo isso com um repertório renovado de perguntas, inquietações e vontades de pesquisa. Estamos, portanto, dando uma contribuição importante para a academia e a historiografia brasileiras deixarem de ser um gueto. Ao mesmo tempo, muitas/os historiadoras/es não negras/os têm se manifestado sobre o quanto esse espaço de construção coletiva tem sido importante para um reposicionamento antirracista e mais atento à justiça no cotidiano.

Tudo isso tem nos ajudado a vivenciar um senso de coletividade interessante.

Por último, mas não menos importante, a Rede de Historiadoras Negras e Historiadores Negros é uma experiência em certa medida inédita e bastante desafiadora até mesmo para quem a integra. Iniciada em 2015 durante o Simpósio Nacional da Anpuh em Florianópolis, a partir de uma convocação para uma foto coletiva, a Rede foi ganhando força nos anos seguintes graças ao estabelecimento de ações de ajuda mútua e reconhecimento da presença de historiadoras/es negros/as brasileiros/as em diferentes estados e até mesmo fora do Brasil. A possibilidade de contar com uma rede de solidariedade era prioritariamente utilizada para o debate de temas cotidianos, trocas de documentos e textos, bem como para a divulgação interna da produção das/os integrantes de um grupo do *Whatsapp*. Havia também um desejo de realizar um encontro nacional, mas a própria estrutura da Rede dificultava o levantamento dos recursos necessários. Em 2020, com a pandemia, o acúmulo de cinco anos e a ampliação do debate sobre o racismo em espaços públicos, o coletivo acabou promovendo um reposicionamento nos espaços de debate historiográficos e com a sociedade em geral. As respostas a isso têm sido rápidas e volumosas, o que demanda um esforço de reflexão sobre os caminhos possíveis. A formação política e ativista de historiadores/as ainda é um desafio para muitas/os de nós, mas acredito que vivemos um momento interessante para que a imagem de intelectuais sérios/as seja tranquilamente refletida na de intelectuais engajadas/os com a justiça social.



Há uma importante geração de historiadoras negras – intelectuais importantíssimas – no cenário acadêmico brasileiro atualmente. Como você avalia o contexto atual e a inserção de uma historiografia potente sendo produzida por intelectuais negras e negros? Quais os desafios, armadilhas, dilemas e questões centrais?

Eu entendo que o presente é o tempo das possibilidades e o futuro é o resultado das ações de sujeitos individuais e coletivos ao longo dos processos históricos. Sendo assim, eu olho para essa ampliação da presença de historiadoras negras – e historiadores negros – com muito orgulho e a entendo como o resultado de esforços de gerações que nos precederam, mesmo que essas pessoas não tenham ocupado os espaços acadêmicos nos quais estamos hoje. Ocorre, porém, que, por ainda sermos minoria, somos bastante vulneráveis. Por estarmos na condição de exceção, nossa presença não é natural, o que faz com que as expectativas a nosso respeito sejam simultaneamente altíssimas e insignificantes. Tanto se espera de nós uma capacidade de trabalho infalível e ilimitada quanto não se acredita na relevância do que estamos fazendo. Ainda mais quando propomos projetos acadêmicos que fogem do que já está consolidado nos departamentos e nas universidades. Operar conforme a média também não é recomendado. Ou seja, nesse campo ainda minado, é preciso estabelecer redes diversas, internas e externas, de apoio e solidariedade. Por isso, essas experiências de trabalho coletivo têm sido uma ferramenta tão importante para muitas e muitos de nós e podem nos ser bastante úteis para superar entraves persistentes.

SENTIDOS PÚBLICOS

Como você avalia o seu papel acadêmico e intelectual – numa universidade pública – na formação de professores e pesquisadores?

Essa é a dimensão do meu trabalho como servidora pública que faz com que eu não desista diante das pedras que encontro no caminho. Desde que tomei posse da minha vaga no Departamento de História da UnB em 2018, tenho tido a oportunidade de redimensionar a relevância do meu trabalho. O corpo docente não é indiferente ao fato de eu ser a única professora negra num departamento com mais de quarenta docentes. Afinal, elas/es não tiveram aulas com outras mulheres iguais a mim. Só que a coisa não se encerra nesse fato. Sou professora da área de Teoria e Metodologia de Ensino de



História, e a experiência que adquiri graças a uma formação intelectual ativista e acadêmica tem me permitido estabelecer conexões especiais com várias/os de minhas e meus estudantes negras/os e brancas/os. Em parcerias de trabalho nem sempre fáceis justamente porque pautadas na conquista e no exercício da autonomia de pensamento e na cooperação, tenho percebido cada dia com mais nitidez que ser uma boa orientadora e professora não é só dominar os conteúdos das pesquisas de quem conta comigo, mas saber encontrar meios para que cada um e uma de minhas estudantes seja capaz de encontrar sua maneira de escrever e ensinar histórias antirracistas, antissexistas, histórias de liberdade, em que as vidas das pessoas importem.

Fale um pouco dos seus projetos acadêmicos e intelectuais atuais.

Embora seja uma fonte de alegria, eu tenho trabalhado muito mais do que eu deveria. Estou me organizando para aprender a sentir o gosto dos bons resultados obtidos com os projetos aos quais tenho me dedicado. Trabalhar como se o mundo fosse acabar amanhã adoece e compromete a nossa capacidade de fazer com mais qualidade. Como coordenadora da Regional Centro-Oeste do GT Emancipações e Pós-Abolição, tenho trabalhado com o professor Murilo Borges e outras/os parceiras/os para consolidarmos um GT Goiás e DF. É algo que temos feito com serenidade e respeito e os resultados têm sido muito positivos. Particularmente, tenho me dedicado a organizar uma reflexão sobre o lugar do DF nos debates sobre o pós-abolição – algo que me permitiu coordenar uma exposição histórico-fotográfica intitulada *Reintegração de Posse: Narrativas da Presença Negra na História do Distrito Federal*, que já ocupou o Museu Nacional da República, o Restaurante Universitário da UnB, a Câmara Legislativa do DF e as paradas de ônibus da Galeria dos Estados, no centro de Brasília. Além disso, no âmbito da Rede de Historiadoras Negras e Historiadores Negros, minha atuação tem se dado sobretudo na Equipe de Editoria, a partir da qual coordenamos a coluna e a série de exposições virtuais *Nossas Histórias*, projetos desenvolvidos em parceria com o Geledés e o Acervo Cultne, organizações experientes do Movimento Negro. Todas essas ações são atravessadas pelo compromisso com ensino de história nas escolas e em outros espaços públicos.

Recebido em: 01/02/2021

Aprovado em: 15/02/2021